

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	135
Total	8.542
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	257.288	262.642
1.01	Ativo Circulante	36.477	41.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.526	27.230
1.01.03	Contas a Receber	2.442	8.342
1.01.03.01	Clientes	2.442	8.342
1.01.04	Estoques	885	654
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.291	4.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.291	4.633
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.366	792
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	967	208
1.01.08.03	Outros	967	208
1.02	Ativo Não Circulante	220.811	220.783
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.297	1.409
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.297	1.409
1.02.03	Imobilizado	218.884	218.424
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	218.884	218.424
1.02.04	Intangível	630	950
1.02.04.01	Intangíveis	630	950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	257.288	262.642
2.01	Passivo Circulante	63.014	59.316
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.141	6.659
2.01.02	Fornecedores	8.968	12.089
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.812	6.730
2.01.05	Outras Obrigações	28.093	33.838
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	338	327
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	338	327
2.01.05.02	Outros	27.755	33.511
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	6.669	8.631
2.01.05.02.05	Subvenções Municipais a apropriar	12.717	0
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	5.927	20.670
2.01.05.02.07	Subvenções PAC	1.186	2.954
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPTU	1.256	1.256
2.02	Passivo Não Circulante	182.103	176.109
2.02.02	Outras Obrigações	66.135	67.396
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.210	1.419
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.210	1.419
2.02.02.02	Outros	64.925	65.977
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	63.832	65.711
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	1.093	266
2.02.03	Tributos Diferidos	5.292	5.523
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.292	5.523
2.02.04	Provisões	80.853	73.740
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.853	73.740
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.327	20.952
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	53.526	52.788
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	29.823	29.450
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	17.172	18.114
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	12.651	11.336
2.03	Patrimônio Líquido	12.171	27.217
2.03.01	Capital Social Realizado	246.150	216.713
2.03.02	Reservas de Capital	0	29.420
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	29.420
2.03.03	Reservas de Reavaliação	116.623	117.355
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-350.602	-336.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.515	134.732	19.773	84.401
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.079	-95.234	-18.998	-62.664
3.03	Resultado Bruto	24.436	39.498	775	21.737
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.535	-52.262	-20.327	-64.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.020	-54.090	-21.351	-66.051
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-21.020	-54.090	-21.351	-66.051
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.485	1.828	1.024	2.043
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.901	-12.764	-19.552	-42.271
3.06	Resultado Financeiro	-1.972	-2.530	-792	-2.010
3.06.01	Receitas Financeiras	331	1.281	500	2.203
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.303	-3.811	-1.292	-4.213
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.929	-15.294	-20.344	-44.281
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.929	-15.294	-20.344	-44.281
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.929	-15.294	-20.344	-44.281
3.99.01.01	ON	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675
3.99.01.02	PNA	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675
3.99.01.03	PNB	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675
3.99.02.01	ON	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675
3.99.02.02	PNA	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675
3.99.02.03	PNB	0,3428	-1,79001	-2,70453	-5,88675

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	2.929	-15.294	-20.344	-44.281
4.02	Outros Resultados Abrangentes	244	732	244	731
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	321	963	321	962
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reeserva de Reavaliação	-77	-231	-77	-231
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.173	-14.562	-20.100	-43.550

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.435	-18.190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	420	-13.234
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-15.294	-44.281
6.01.01.02	Depreciação	4.826	8.837
6.01.01.03	Amortização	320	324
6.01.01.04	Realização do Ativo imobilizado e intangível	1.315	811
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	33	2.995
6.01.01.06	Provisões para contingências	7.113	14.908
6.01.01.07	Encargos incorridos sobre empréstimos	1.632	3.060
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-254	-874
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-942	-942
6.01.01.10	Provisão 13	1.671	1.928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.855	-4.956
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	5.867	-2.144
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	-231	-195
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-3.658	-416
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-759	-1.326
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	-3.121	2.267
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	65	-770
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	7.611	-2.208
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	-238	-164
6.01.02.09	Aumento (redução) de recursos federais (PAC)	-1.768	0
6.01.02.10	Redução (aumento) das despesas antecipadas	-2.574	0
6.01.02.11	Redução (aumento) de depósitos judiciais	112	0
6.01.02.12	Aumento (redução) nos adiantamentos de Clientes	-1.135	0
6.01.02.13	Aumento (redução) de Recursos municipais Eventos	-2.026	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.286	-249
6.02.01	Imobilizado	-5.286	-249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17	14.816
6.03.01	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	18.708
6.03.02	Reclassificação de subvenções	0	-3.892
6.03.03	Subscrição de minoritários	17	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.704	-3.623
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.230	14.387
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.526	10.764

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.04	Transações de Capital com os Sócios	29.437	-29.420	0	0	0	17
5.04.01	Aumentos de Capital	29.437	-29.420	0	0	0	17
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.294	0	-15.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.294	0	-15.294
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	963	-732	231
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	963	-963	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	231	231
5.07	Saldos Finais	246.150	0	0	-350.602	116.623	12.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.708	0	0	0	18.708
5.04.08	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	18.708	0	0	0	18.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.281	0	-44.281
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.281	0	-44.281
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	962	-731	231
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	962	-962	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	231	231
5.07	Saldos Finais	216.713	18.708	0	-338.313	117.599	14.707

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	143.898	91.764
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	111.877	94.759
7.01.02	Outras Receitas	32.054	0
7.01.02.01	Subvenções	30.226	0
7.01.02.02	Outras Receitas	1.828	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-33	-2.995
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.351	-67.637
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.547	24.127
7.04	Retenções	-5.146	-9.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.146	-9.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.401	14.966
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.281	2.052
7.06.02	Receitas Financeiras	1.281	2.052
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.682	17.018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.682	17.018
7.08.01	Pessoal	47.616	41.172
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.118	19.505
7.08.01.02	Benefícios	10.570	11.324
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.767	3.578
7.08.01.04	Outros	14.161	6.765
7.08.01.04.01	13º salário	2.006	2.155
7.08.01.04.02	Férias	3.292	2.167
7.08.01.04.03	Indenizações	8.863	2.407
7.08.01.04.04	Salário maternidade	0	36
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.260	19.257
7.08.02.01	Federais	12.738	15.333
7.08.02.03	Municipais	4.522	3.924
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100	870
7.08.03.02	Aluguéis	100	0
7.08.03.03	Outras	0	870
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.294	-44.281
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.294	-44.281

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do período de 3 meses encerrado em 30 de setembro de 2020, acompanhados das Informações Financeiras Intermediárias correspondentes.

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (Companhia ou SPTURIS) estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,9% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a Companhia detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela Sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela Sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

das Convenções, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. **O Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, o “**Sambódromo**”, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

Os principais eventos realizados pela Companhia são contratados pela Secretaria Municipal de Turismo/PMSP: Aniversário da Cidade, "Natal Iluminado", "Réveillon na Paulista", Carnaval, "Parada LGBT", "Virada Cultural" e outros tantos eventos na Cidade de São Paulo.

Enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus

A Prefeitura do Município de São Paulo editou o Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020, declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

A Companhia incorreu em gastos com o Hospital de Campanha e ações contra a pandemia determinadas pela Prefeitura do Município de São Paulo. O ressarcimento de parte destes gastos (março a junho) está sendo pleiteado para ser recebido a título de indenização. São referentes a segurança, manutenção e operação do hospital. O valor gira em torno de R\$ 14.390.

Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, dentro do contexto de distanciamento social, decidiu-se a substituição total dos processos físicos, de trâmites processuais em papel. Está sendo implantado o **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, de forma gradativa e nos termos do ATO DPR 18/2020, publicado em 3 de julho de 2020, no Diário Oficial da Cidade. O sistema foi criado para gerir processos e documentos eletrônicos da administração pública – em todas as suas esferas – de forma ágil e transparente, economizando tempo e recursos. Uma das principais funcionalidades do programa é a possibilidade de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta em todos os departamentos da Companhia.

Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

A Diretoria Executiva atua incansavelmente na busca de alternativas negociais, além de medidas de gestão de excelência e eficiência dos processos internos, remodelagem e reorganização, para traçar rumos favoráveis que permitam uma projeção consistente do futuro da companhia e sua continuidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 10/07/2020 publicamos, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Comunicado da CONSULTA PÚBLICA SPTURIS Nº 01/2020, com a finalidade de colher subsídios técnicos, além de outras contribuições, que possam auxiliar e, porventura, ser utilizados na elaboração da versão final do Edital, do Contrato e seus Anexos, para futura realização de certame licitatório, na modalidade Concorrência Internacional, cujo objeto consiste na “Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi para Reforma, Gestão, Manutenção, Operação e Exploração”.

O Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, cujo objeto é a concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares, foi publicado em 22/09/2020, com republicação em 30/10/2020, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

A Sessão Pública para a abertura dos envelopes foi determinada e está prevista para o dia 16/12/2020.

Empresa Estatal dependente

A Companhia foi incluída na Lei Orçamentária Anual de 2020, caracterizando dependência financeira da sua acionista controladora, a Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia passou a seguir os dispositivos do Decreto nº 59.171/19, pelo qual são estabelecidos os limites à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2020.

Este controle orçamentário é feito a partir do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF da Prefeitura do Município de São Paulo, que instituiu um rigoroso controle de gastos, tendo em vista que a Companhia não poderá gastar mais do que o orçamento permite.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 30 de setembro de 2020 comparado a 2019, em R\$ mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Set-20	Set-19	Variação
(+) EVENTOS/PMSP	104.950	65.639	60%
(+) ANHEMBI:	7.121	28.196	-75%
PAVILHÃO	590	9.691	-94%
PALÁCIO/ELIS REGINA	1.756	7.202	-76%
SAMBÓDROMO	1.479	3.591	-59%
OUTRAS LOCAÇÕES	2.151	3.469	-38%
ESTACIONAMENTOS	822	3.099	-73%
TELECOM	323	1.144	-72%
(=) TOTAL *	112.071	93.835	19%
* Clientes Públicos	94%	70%	34%
* Clientes Privados	6%	30%	-79%

Variações relevantes:

a) O aumento de 60% em 2020 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos, em especial, o carnaval, pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);

b) Em 2020 tivemos a instalação do Hospital de Campanha no Parque Anhembi, não tendo locações de espaços para feiras e eventos.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo de 2020 e 2019 (em R\$ Mil).

	Set-20	Set-19	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	160.785	129.566	24%
1.1 Anhembi e Autódromo	7.673	27.180	-72%
1.2 Eventos / PMSP	110.169	83.678	32%
1.5 Aportes / Subvenções	42.943	18.708	130%
2. TOTAL SAÍDAS	167.481	133.354	26%
2.1 Pessoal	41.180	41.102	0%
2.2 Serviços Públicos	5.057	4.760	6%
2.3 Tributos/ Parcelamento	4.274	12.018	-64%
2.4 Fornecedores/ Outras	116.970	75.474	55%
MOVIMENTO DE CAIXA NO PERÍODO	(6.696)	(3.788)	77%

a) O aumento em 24% nas entradas foi devido aos fluxos financeiros dos eventos com a Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR e Subvenções Municipal para custeio e manutenção do telhado do Pavilhão;

b) O aumento em 55% das saídas com Fornecedores foi reflexo da manutenção do Pavilhão, custos do evento carnaval de rua e hospital de campanha;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

c) A diminuição em 64% em Tributos se deve, principalmente, ao fato de não pagamento do IPTU 2020, em contestação do valor por parte da Companhia.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2020, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: fred.rozanski@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia em conjunto com a Prefeitura do Município de São Paulo continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

A Administração

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

1.1. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos. .

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

Não há qualquer indicação, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia.

Não obstante, importante esclarecer que a única indicação da Prefeitura do Município de São Paulo acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à autorização para a concessão onerosa de uso do Parque Anhembi.

Notas Explicativas



1.2. Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

Em 10/07/2020 publicamos no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Comunicado da CONSULTA PÚBLICA SPTURIS Nº 01/2020, com a finalidade de colher subsídios técnicos, além de outras contribuições, que possam auxiliar e, porventura, ser utilizados na elaboração da versão final do Edital, do Contrato e seus Anexos, para futura realização de certame licitatório, na modalidade Concorrência Internacional, cujo objeto consiste na “Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi para Reforma, Gestão, Manutenção, Operação e Exploração”.

O Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, cujo objeto é a concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração, por particulares, foi publicado em 22/09/2020, com republicação em 30/10/2020, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Os referidos editais foram objeto de divulgações ao mercado como “Fato Relevante” nas datas citadas.

A Sessão Pública para a abertura dos envelopes foi determinada e está prevista para o dia 16/12/2020.

1.3. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Informações Financeiras Intermediárias

A Companhia, vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações do Governo federal e estadual onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

Com relação à saúde financeira da Companhia, os impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país causam interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, levando ao cancelamento e adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e daqueles promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos). Não houve reforço para a provisão para perdas com contas a receber, em razão de a pandemia ter limitado a contratação de vendas de serviços ao setor privado, portanto sem a constituição de valores a receber por serviços prestados. Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (*home office*) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;

Notas Explicativas



- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico; e
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;
- Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, está sendo implantado o **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, de forma gradativa e nos termos do ATO DPR 18/2020, publicado em 3 de julho de 2020, no Diário Oficial da Cidade. O sistema foi criado para gerir processos e documentos eletrônicos da administração pública – em todas as suas esferas – de forma ágil e transparente, economizando tempo e recursos. Uma das principais funcionalidades do programa é a possibilidade de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta, trabalhando simultaneamente com todos os departamentos da Companhia. A implantação do SEI tem por objetivo a substituição total dos processos físicos.
- A Companhia incorreu em gastos com o Hospital de Campanha e ações contra a pandemia determinadas pela Prefeitura do Município de São Paulo. São referentes a segurança, manutenção e operação do hospital, e ainda contas de consumo. O ressarcimento de parte destes gastos (março a junho) está sendo pleiteado para ser recebido a título de indenização. O valor gira em torno de R\$ 14.390. E para o período de julho a setembro foi celebrado o contrato SMS 093/2020, no valor de R\$ 11.974, para recebimento em duas parcelas, sendo R\$ 10,776 na assinatura, e o restante após prestação de contas, o qual prevê devolução, em caso de eventuais valores não efetivamente gastos.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2020.

A Diretoria da Companhia autorizou, em 10 de novembro de 2020, a emissão das informações intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 30 de setembro de 2020, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindas dos impactos do Covid-19, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 conforme nota explicativa nº 3. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2020, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bens numerário	30	46
Conta movimento	146	1.438
Aplicações financeiras	20.350	25.746
	20.526	27.230

As aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes no País	3.535	5.147
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	3.643	7.898
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.736)	(4.703)
	2.442	8.342

Notas Explicativas



- b) O *aging list* do contas a receber de clientes, classificadas no ativo circulante, está demonstrada como segue:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	266	6.165
Vencidos:	6.912	6.880
Vencidos até 30 dias	872	927
Vencidos de 31 dias até 60 dias	143	148
Vencidos de 61 dias até 90 dias	144	1.490
Vencidos de 91 dias até 180 dias	266	580
Vencidos há mais de 180 dias	5.487	3.735
Total	7.178	13.045

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

- c) A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	4.703	1.746
Adições	68	3.248
Reversões	(35)	(291)
Saldos no final do período	4.736	4.703

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ a compensar	3.248	1.797
CSLL a compensar	9	9
COFINS a compensar	2.254	-
PIS a compensar	491	-
INSS a compensar	2.289	2.827
	8.291	4.633

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, a Companhia tem a expectativa de realizar os referidos tributos durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação.

7. OUTROS VALORES A RECEBER

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a empregados	967	208
Despesas/Antecipadas diferidas	3.366	792
	4.333	1.000

Notas Explicativas



Em junho 2020 foi adiantada a 1ª parcela do 13º a todos funcionários.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado:

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2020	Líquido 31/12/2019
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	134.584	(50.021)	84.563	82.639
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.488)	1.800	1.935
Estacionamento	3,45%	11.413	(5.443)	5.970	6.284
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.718)	1.292	1.384
Instalações	10%	16.090	(12.431)	3.659	4.474
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.706	(6.477)	229	259
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.299	(5.083)	216	297
Outros ativos fixos	20% e 10%	458	(425)	33	30
Total imobilizado		304.175	(85.291)	218.884	218.424

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/09/2020	Líquido 31/12/2019
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.638)	627	943
Marcas e patentes	10%	102	(99)	3	7
Total intangível		2.367	(1.737)	630	950
Total imobilizado e intangível		306.542	(87.028)	219.514	219.374

b) A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Baixas de depreciação	30/09/2020
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.639	5.213	(3.289)	-	-	84.563
Túnel de Serviços	1.935	-	(135)	-	-	1.800
Estacionamento	6.284	-	(314)	(20)	20	5.970
Ruas Praças e Jardins	1.384	-	(92)	-	-	1.292
Instalações	4.474	-	(815)	-	-	3.659
Máquinas e equipamentos	259	66	(96)	(138)	138	229
Móveis e Utensílios	297	-	(81)	(524)	524	216
Outros ativos fixos	30	7	(4)	(231)	231	33
Total Imobilizado	218.424	5.286	(4.826)	(913)	913	218.884
Programas e Sistemas	943	-	(316)	-	-	627
Marcas e Patentes	7	-	(4)	-	-	3
Total Intangível	950	-	(320)	-	-	630
Imobilizado e Intangível	219.374	5.286	(5.146)	(913)	913	219.514

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Para o período findo em 30 de setembro de 2020, os trabalhos da consultoria contratada para realizar os testes de recuperabilidade

Notas Explicativas



estavam suspensos em atenção às medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, decretadas pela PMSP em 16/03/2020.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R\$ 218.884 mil é composto de 55% de terrenos computados a preços de custo (R\$ 121.122 mil), 39% de edificações e os restantes 6% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

9. FORNECEDORES

		<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		5.635	8.412
<i>Vencidos:</i>			
Vencidos até 30 dias	(a)	272	700
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a)	40	44
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a)	16	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a)	69	273
Vencidos há mais de 180 dias	(b)	2.936	2.660
Total		8.968	12.089

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

A Lei federal 13.303/16, (Lei das Estatais) trouxe maior autonomia às estatais de forma a mantê-las mais competitivas diante do mercado, com a possibilidade de o Conselho de Administração poder determinar o aumento de valores a serem adquiridos mediante contratação direta, novos critérios de julgamento de propostas e outros procedimentos auxiliares de licitação. O planejamento se tornou mais comprometido, tendo em vista a necessidade de mapa de riscos nas aquisições e contratações de forma geral.

Notas Explicativas**10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FGTS	170	-
INSS empresa	1.729	1.660
INSS retido	171	180
Rescisões	11	-
13º Salário	1.671	-
Férias e encargos	4.005	4.259
IRRF	309	560
Consignações em folha	75	-
	<u>8.141</u>	<u>6.659</u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
Prefeitura do Município de São Paulo (IPTU/ISS)		12.547	14
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.671	4.558
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		-	1.359
PIS a recolher		-	294
Impostos retidos		594	505
		<u>17.812</u>	<u>6.730</u>
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	63.832	65.711
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.292	5.523
		<u>69.124</u>	<u>71.234</u>
Total circulante e não circulante		<u>86.936</u>	<u>77.964</u>

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

Receita diferida ISS/IPTU

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	1.256	1.256
Não circulante	17.172	18.114
	<u>18.428</u>	<u>19.370</u>

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º).

Notas Explicativas



Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

Impugnação de cobrança de IPTU

A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019. Tais notificações não estão reconhecidas contabilmente, tendo em vista que as respectivas matrículas estão em processo de retificação no Registro de Imóveis, pelo que impugnamos os lançamentos para a quadra 283, processo SEI nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, Processo SEI nº 6017.2020/0007548-3.

A Administração da Companhia analisou a pertinência das notificações, entendendo, desde logo, que os lançamentos efetuados estão desconexos com a realidade fática do terreno e da área construída. A Administração espera, portanto, desfecho favorável à Companhia.

Referência ao ano da notificação	Quadra 283	Quadra 284	Total por ano
2015	2.275	1.813	4.088
2016	2.837	1.884	4.721
2017	3.197	2.038	5.235
2018	3.322	2.277	5.599
2019	3.214	2.483	5.697
	14.845	10.495	25.340

Em 15/06/2020, a Secretaria Municipal da Fazenda julgou improcedente a defesa inicial da SPTURIS. Os prazos dos processos administrativos estão suspensos, tendo sido protocolado o correspondente e fundamentado recurso.

12. EVENTOS A REALIZAR

	30/09/2020	31/12/2019
Carnaval (repasses)	164	3.819
Réveillon na Paulista	-	2.243
Eventos diversos contrato SMTUR 017/2019	-	14.608
Eventos diversos contrato SMTUR 015/2020	5.763	-
	5.927	20.670

Notas Explicativas



A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	Saldo em 31/12/2019	Recursos recebidos	Eventos realizados	Saldo em 30/09/2020
Carnaval 2020	3.819	13.236	(16.891)	164
SMTUR 015/2020 Eventos diversos	-	33.983	(28.220)	5.763
Réveillon na Paulista	2.243	2.888	(5.131)	-
SMTUR 025/2019 Eventos diversos	14.608	20.364	(34.972)	-
SMTUR 017/2019 Eventos diversos	-	4.316	(4.316)	-
	20.670	74.787	89.530	5.927

13. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a SPTRANS, sendo:

	30/09/2020	31/12/2019
Passivo circulante	338	327
Passivo não circulante	1.210	1.419
Total	1.548	1.746

Notas Explicativas**14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	2.720	3.957
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	2.426	2.662
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	251	116
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.021	1.565
	6.418	8.300
Adiantamentos de clientes	251	331
	6.669	8.631
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	20	51
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	848	7
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	68	-
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	157	208
	1.093	266
Total circulante e não circulante	7.762	8.897

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	Pavilhão	Palácio	Elis	Polo	Total
Circulante					
Saldo em 31/12/2019	3.957	2.662	116	1.565	8.300
Contratos firmados	1.573	2.304	360	434	4.671
Renegociação	(2.005)	-	-	-	(2.005)
Descontos	(276)	(305)	(37)	(65)	(683)
Transferências para o longo prazo	31	(841)	(68)	51	(827)
Transferências para receitas	(560)	(1.394)	(120)	(964)	(3.038)
Saldo em 30/09/2020	2.720	2.426	251	1021	6.418
Não circulante					
Saldo em 31/12/2019	51	7	-	208	266
Transferências para o curto prazo	(31)	841	68	(51)	827
Saldo em 30/09/2020	20	848	68	157	1.093

Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução de receitas, ao transformar os cancelamentos e adiamentos em

Notas Explicativas



cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	53.526	52.788
Trabalhistas	2.886	2.812
Provisão para dissídios e encargos	24.441	18.140
Total	80.853	73.740

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 48.728 trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTrans transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e junto à SPTrans no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. E também

Notas Explicativas



acrescentada à provisão o CT 2018/2019, com base na estimativa de aumento de 4% dos salários.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do período 31/12/2019	52.788	20.952
Novos processos	151	200
Processos baixados	(4.232)	(324)
Alterações nos processos existentes	4.819	6.499
Saldos no final do período 30/09/2020	53.526	27.327

(b) Passivos contingentes não provisionados

<u>Tipo de Ação</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ações Cíveis	1.392	1.453
Trabalhistas	1.513	1.752
	2.905	3.205

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco potencial no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes

No atinente às ações cíveis, a maior parte das provisões está relacionada a três processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 30/09/2020, o montante de R\$1.297 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2019).

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

16.1 Subvenções Municipais a apropriar

A Prefeitura do Município de São Paulo, com base no Decreto nº 59.718/20 abriu crédito adicional suplementar para a administração da SPTURIS no valor de R\$ 16.956 para serem aplicados até o final de 2020 nas seguintes rubricas:

Pessoal	3.473
Obrigações Patronais	4.216
Outros Benefícios Assistenciais	904
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	579
Obrigações Tributárias e Contributivas	7.784
	<u>16.956</u>
Sendo que a receita diferida foi calculada em ¾ do referido montante (out/nov/dez)	12.717

Notas Explicativas



16.2 Subvenções Federais - PAC

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 30/09/2020 o montante de R\$ 15.958 e aplicados R\$ 14.993 em obras, restando ainda R\$ 1.186 em aplicações financeiras, com os rendimentos apropriados. O valor aplicado em obras, líquido da depreciação resulta em R\$ 12.651, e estão refletidos em receita diferida no passivo, que será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 30/09/2020
Ações da PMSP de 01/01/2020 a 28/04/2020	7.219.544	-	24.335	7.243.879	208.696
Aumento da participação da PMSP em 29/04/2020	1.017.739	-	3.430	1.021.169	29.420
Ações em tesouraria de 01/01/2020 a 30/09/2020	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários em 30/09/2020	170.215	44.544	62.971	277.730	8.002
Saldos em 30/09/2020	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.150

A empresa contava com 3.615 acionistas em 30/09/2020. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2019	122.879	(5.524)	117.355
Realização da reserva de reavaliação	(963)	-	(963)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	231	231
Saldo em 30/09/2020	121.916	(5.293)	116.623

Notas Explicativas



18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas. Assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Receita bruta		
Eventos	104.950	65.639
Pavilhão	590	9.691
Palácio	1.756	7.202
Polo Cultural	1.479	3.591
Outras Locações	2.151	3.216
Estacionamento	822	3.099
Telecom	323	1.144
Autódromo de Interlagos	-	253
Subvenções	30.226	-
	142.297	93.835
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(7.371)	(8.315)
Outras deduções da receita	(194)	(1.119)
Receita líquida	134.732	84.401

19. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

19.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Serviços Prestados	67.603	39.253
Equipamentos	642	972
Utilidades e Serviços	12.158	9.233
Mão de Direta	11.229	9.628
Depreciação	3.602	3.578
	95.234	62.664

19.2 Despesas administrativas

Notas Explicativas



As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Remunerações, encargos sociais e benefícios	34.887	36.188
Utilidades e serviços	340	306
Honorários	606	636
Manutenções e locações	1.364	1.221
Despesas gerais	7.978	7.250
Propaganda e publicidade	129	159
Tributos, taxas e contribuições	888	597
Depreciações e amortizações	562	4.785
Provisões e reversões de provisões	7.336	14.909
	<u>54.090</u>	<u>66.051</u>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	950	985
Atualização de passivos tributários	(2.093)	(3.192)
Receitas de aplicações financeiras	288	351
Multas	(1.486)	690
Outras despesas e receitas financeiras	(189)	(844)
	<u>(2.530)</u>	<u>(2.010)</u>

21. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) no trimestre	2.929	(20.344)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	165.850	165.645
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no trimestre	0,34	(2,70)

22. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Notas Explicativas



Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância assegurada	
		30/09/2020	31/12/2019
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	176	-	176
Aplicações financeiras	-	20.350	20.350
Contas a receber e clientes	2.442	-	2.442
Impostos a recuperar	8.291	-	8.291
Outras contas a receber	967	-	967
	11.876	20.350	32.226
Passivos			
Fornecedores	8.968	-	8.968
Obrigações trabalhistas	8.141	-	8.141
Obrigações tributárias	86.936	-	86.936
Empresas municipais	1.548	-	1.548
	105.593	-	105.593

Notas Explicativas



b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

24. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta) representou, em 30/09/2020, 95% da receita total, comparado a 70%, no mesmo período, em 2019.

As receitas com eventos se concentraram no período anterior à pandemia. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, não constam registros para o terceiro trimestre de 2020 e 2019. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	3.643	7.898
	3.643	7.898
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	5.927	20.670
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.671	4.558
SPTRANS	338	327
	10.936	25.555
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	63.832	65.711
SPTRANS	1.210	1.419
	65.042	67.130

Notas Explicativas**Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias**

Nº CONTRATO – SECRETARIA	30/09/2020	30/09/2019
012/2019 - SMTUR (PLATUM)	30	
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	3.523	
021/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	194	
022/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	931	
024/19 SMTUR (AUTODROMO)	862	
025/19 SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)	28.502	
026/2019-SMTUR (NATAL ILUMINADO 2019)	14	
027/2019-SMTUR (REVEILLON 2020)	2.996	
030/2019 - SMTUR (INFRA CARNAVAL 20)	5.691	
068/SMC-G/2019 - CARNAVAL DE RUA 2020	20.649	
54/14 SMS	3.374	
SMTUR - EVENTOS DIVERSOS - 015/20	28.220	
093/2020/SMS - HMCAMP ANHEMBI	9.340	
008/2020 - SMTUR (AUTODROMO)	624	
001/2018 - SMTUR (REPASSE CARNAVAL 19)		1.013
002/2019 - SMTUR (INFRA CARNAVAL 19)		4.669
003/2018 – SMTUR REVEILLON NA PAULISTA		(661)
003/2018-SGM - EV DIVERSOS		1.795
004/2018 - SMTUR NATAL ILUMINADO 2018		804
006/2019 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)		27.849
008/2018-SGM/CASA CIVIL		7.850
01/15 SMRG		95
011/2019 - SMTUR VIRADA CULTURAL 2019		6.479
012/2019 - SMTUR (PLATUM)		120
013/2019 - SMTUR CITY TOUR MUN SAO PAULO		15
014/2019 - SMTUR (LGBT)		1.722
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020		2.005
02/18 SMPED - EVENTOS DIVERSOS		152
051/SMC-G/2018		280
065/SMC-G/2018 - BRASIL GUITARRAS		88
07/SMSUB/COGEL/2019		9.032
11/15 SDTE		179
12/15 SEME		388
120/SME/2018 MOSTRA SEMIN TECN APRENDIZA		335
27/16 SFMSP		24
54/14 SMS		1.279
85/SME/2018 -FEST ESTUDANTIL MÚSICA IPIR		98
Reclassificações contábeis pendentes		29
TOTAL	104.950	65.639
LOCAÇÕES NO PARQUE ANHEMBI	703	1.757
SUBVENÇÕES MUNICIPAIS	30.226	-

Notas Explicativas



Os custos diretos com fornecedores, em 2020, decorrentes de serviços prestados as partes relacionadas decorreram das seguintes atividades:

Carnaval	18.183
Ação Vidas no Centro	12.876
Hospital de Campanha	11.666
Ações de combate à COVID	8.195
Réveillon na Paulista	1.872
Campanha de Vacinação	1.838
Eventos para a PMSP, na maior parte antes da pandemia.	12.973
	67.603

Os Entes públicos devem efetuar os gastos de acordo com todos os requisitos ditados pelas normas de licitação. Numa emergência social, cuja observância inexorável das regras pode colocar em risco a vida da população, é imperativo que se tomem ações imediatas. Desta forma a Companhia imediatamente atendeu as demandas da Prefeitura do Município de São Paulo, quando convocada, segundo as estruturas de bens, expertise de seus funcionários e fornecedores, para eventos, direcionando-as para ações no combate à pandemia. Todos os gastos estão sendo tabulados, sendo que os preços de cada um destes gastos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos. A Companhia irá buscar o ressarcimento dos valores gastos, adicionada da taxa adequada de administração, por meio do mecanismo conhecido no setor público como indenização.

Abaixo demonstramos os valores de despesas de março a junho, realizadas com o Hospital de Campanha no Anhembi, que ainda dependem de indenização da Prefeitura:

Despesa realizada a ser indenizada	Valor
Hospedagem de profissionais da saúde	1.064
Segurança no Hospital	2.521
Estruturas para isolamento social	403
Bombeiros e extintores	401
Lanches e Refeições	2.156
Serviços de manutenção, operações e logística	2.842
Suprimentos	1.066
Limpeza	50
Energia elétrica	900
Geradores	187
Água	589
Aluguéis	350
	12.529
Impostos	1.342
Taxa de Administração	519
	14.390

Notas Explicativas



25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no terceiro trimestre de 2020 foi de R\$ 499, e no terceiro trimestre de 2019 foi de R\$ 483. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

26. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 10 de novembro de 2020, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de outubro de 2020 e 10 de novembro de 2020, além dos que já estão reportados nestas demonstrações contábeis, segundo nosso melhor entendimento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S/A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 15.294 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, prejuízos acumulados em R\$ 350.602 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 26.537, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Em 26.12.2019, foi promulgada a Lei nº 17.253/19, tal lei incluiu a São Paulo Turismo S/A na LOA 2020, o que caracteriza, nos termos do artigo 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a dependência financeira da sua acionista controladora, a Prefeitura Municipal de São Paulo (“PMSP”). Assim, a Companhia passa a seguir os dispositivos do Decreto nº 59.171/19, pelo qual são estabelecidos os limites à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2020 a todos os entes da Administração Direta e Indireta municipais.

Em 30 de setembro de 2020, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Reorganização da Administração Pública Indireta da Cidade de São Paulo

Conforme apresentado pela Companhia na nota explicativa às informações financeiras intermediárias nº 1.1, em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, aprovado em 24/06/2020 pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo. Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis

e intangíveis, e dos passivos.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus

órgãos diretivos.

De tal forma, não há qualquer indicação, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia.

Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia ao mercado na data de 10/07/2020 e igualmente apresentado nas notas explicativas às suas informações financeiras intermediárias nº 1.2, a São Paulo Turismo S/A publicou em 10/07/2020 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, o Comunicado da CONSULTA PÚBLICA SPTURIS Nº 01/2020, com a finalidade de colher subsídios técnicos, além de outras contribuições, que possam auxiliar e, porventura, ser utilizados na elaboração da versão final do Edital, do Contrato e seus Anexos, para futura realização de certame licitatório, na modalidade Concorrência Internacional, cujo objeto consiste na “Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi para Reforma, Gestão, Manutenção, Operação e Exploração”. O Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, foi publicado em 22/09/2020, com republicação em 30/10/2020, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Os referidos editais foram objeto de divulgações ao mercado como “Fato Relevante” nas datas citadas. A Sessão Pública para a abertura dos envelopes foi determinada e está prevista para o dia 16/12/2020. A referida publicação advém da reestruturação administrativa aprovada pela Lei 17.322/20. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Pandemia – COVID 19

Conforme divulgado pela Companhia ao mercado na data de 03/04/2020 e igualmente apresentado nas notas explicativas às suas informações financeiras intermediárias nº 1.3, nº 8 e nº 14, a São Paulo Turismo S/A vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19. Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas

determinações do Governo federal e estadual onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

As medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (“COVID-19”), tomadas pela Companhia, priorizam o teletrabalho (home office) para diversos grupos de profissionais, antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores, flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público e reuniões por vídeo ou teleconferência.

Com a publicação do decreto nº 59.283, a Prefeitura de São Paulo determinou a instalação de Hospital de Campanha, em detrimento da situação de emergência declarada pelo município e como medida de enfrentamento a pandemia. A Companhia incorreu em despesas com o Hospital de Campanha e outras ações determinadas pela PMSP contra a Covid-19 entre março e junho de 2020 em torno de R\$ 14.390 mil. O ressarcimento de parte das despesas está sendo pleiteado por meio de indenização junto ao Tesouro Municipal, e são referentes à segurança, manutenção e operação do Hospital de Campanha. Para o período de julho a setembro foi celebrado o contrato SMS 093/2020, no valor de R\$ 11.974 mil, para recebimento em duas parcelas, sendo R\$ 10,776 mil na assinatura, e o restante após prestação de contas, o qual prevê devolução, em caso de eventuais valores não efetivamente gastos. A Companhia tem ciência dos impactos na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, em razão do cancelamento/adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e de eventos realizados para a Prefeitura Municipal de São Paulo (eventos públicos). Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 10 de novembro de 2020.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 11 de novembro de 2020, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Marcelo Pierantozzi Gonçalves, Jesus Pacheco Simões, Eduardo José de Souza e Sra. Cibele Araújo do Prado Clemente.

Presentes como convidados: Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, Sra. Maria Angela Almeida de Aquino – respondendo interinamente pela Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento e Sr. Koiti Kodama – Contador.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Berkan Auditores Independentes emitido.

O Conselho Fiscal solicitou esclarecimentos sobre a questão do valor (R\$ 14,3 milhões) previsto para recebimento pela Companhia, por indenização, das despesas executadas entre Março e Junho de 2020 correspondentes ao Hospital de Campanha, e que ainda não estão provisionados no ITR. As justificativas pertinentes serão apresentadas na reunião ordinária agendada para 26 de Novembro de 2020.

Assim, o Conselho Fiscal, pela maioria de votos dos presentes, com opinião contrária da Conselheira Representante dos Empregados, Sra. Cibele Araújo do Prado Clemente, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

A justificativa da Sra. Cibele Araújo do Prado Clemente para a opinião contrária à aprovação é a seguinte:

“A SP Turismo despendeu recursos para o Hospital de Campanha contra o COVID-19 no período de março a junho/2020, no entanto, de acordo com o relatório da 3º ITR (até 30.09.2020), não existe lançamento dos gastos operacionais, desta forma não é possível identificar os valores exatos que serão reembolsados e quais contratos foram formalizados até o encerramento das atividades do hospital.

Vale ressaltar que na ITR anterior foi divulgado que as despesas estavam em torno de R\$ 11.180 mil, além das contas de consumo (água e luz), e no demonstrativo atual as despesas aumentaram para R\$ 14.390 mil em razão dos aditamentos contratuais, sendo que na época havíamos apurado o montante de R\$ 24.170.915,47 em contratos de fornecedores.

E ainda, na 2º ITR consta: “está sendo pleiteado para ser recebido a título de indenização”, e a informação se repete no último ITR.

Considerando que a ITR é apuração financeira dos últimos três meses, e não avançamos em relação a esta questão, temos a preocupação do encerramento do ano fiscal sem apuração dos valores, do mesmo modo, o pagamento desta indenização.”

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 11 de novembro de 2020.

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA
Conselheiro

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES
Conselheiro

JESUS PACHECO SIMÕES
Conselheiro

CIBELE ARAÚJO DO PRADO
CLEMENTE
Conselheira

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA
Conselheiro

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada em 11 de novembro de 2020)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 10/11/2020, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 11 de novembro de 2020

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

JESUS PACHECO SIMÕES

CIBELE ARAÚJO DO PRADO CLEMENTE

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Parecer ou Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DA 15ª REUNIÃO - 2020 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2020, às 15:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffly Sayeg – Presidente, Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino – Membro e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffly Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento das Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2020 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffly Sayeg, deu boas-vindas aos membros do CAE.

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados na ata da 14ª Reunião - 2020 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 04 de novembro de 2020, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2020 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 10 de novembro de 2020, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem Ressalva, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido também nesta data.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE na ata da reunião anterior em 04 de novembro de 2020, acima citada, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

SÉRGIO TUFFY SAYEG
Presidente

DORIVAL ALCALDE
Membro

CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO
Membro

ANA PAULA SILVA
Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da 15ª Reunião - 2020 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 10 de novembro de 2020)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2020, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Srs. Rodrigo Kluska – Diretor Presidente, Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Infraestrutura, Frederico Hannah Mattar Rozanski – Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Lucas Augusto Ponte Campos – Diretor de Conformidade Interino, Guilherme Tadeu Pontes Birello – Diretor de Marketing e Vendas Interino, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Turismo e Eventos e Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri – Diretor de Representação dos Empregados.
INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020;

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska., saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro 2020, a Diretoria Executiva da Companhia, por maioria de votos dos presentes, com voto contrário do Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2020, findo em 30 de setembro de 2020, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 10/11/2020, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao terceiro trimestre de 2020, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou a inclusão do documento anexo à presente ata (“RESSALVA DRE 3ª ITR”), no qual tece alguns comentários acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias, objeto de aprovação nesta data.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de Novembro de 2020.

RODRIGO KLUSKA
Diretor Presidente

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relação com Investidores

SANDRO AUGUSTO CUOGHI
Diretor de Infraestrutura

LUCAS AUGUSTO PONTE CAMPOS
Diretor de Conformidade interino

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO
Diretor de Marketing e Vendas interino

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO
Diretor de Turismo e Eventos

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO
GUELERI
Diretor de Representação dos Empregados

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 10 de novembro de 2020)

ANEXO

RESSALVA DRE 3ª ITR

Na 2ª ITR me posicionei contra sua aprovação devido aos gastos que foram assumidos pela nossa empresa para ações de combate à pandemia sem a devida contrapartida de receita. Outrossim, não havia orçamento previamente determinado e alocado para esses gastos. Meu posicionamento foi claro no sentido de que uma vez que a ITR é um recorte temporal das finanças da empresa num espaço de 3 meses, a análise deve se deter às ações de execução financeira e fiscal dentro deste período. Ao analisar a 3ª ITR, verifiquei que o compromisso assumido na 2ª ITR ainda não foi cumprido, conforme é citado na página 11 do próprio relatório: "A Companhia incorreu em gastos com o Hospital de Campanha e ações contra a pandemia determinadas pela Prefeitura do Município de São Paulo. O ressarcimento de parte destes gastos (março a junho) está sendo pleiteado para ser recebido a título de indenização. São referentes a segurança, manutenção e operação do hospital. O valor gira em torno de R\$ 14.390." A mesma informação também pode ser verificada na página 17 do mesmo relatório. Ou seja, ainda é aguardado o ressarcimento dessas despesas e inclusive as despesas citadas aumentaram em relação ao ITR anterior já que a dívida total passou de R\$ 11,180 milhões para R\$ 14,390 milhões devido aos aditamentos de alguns contratos relacionados a esses gastos e que já citamos na ressalva da ITR anterior. Vale destacar que estamos próximos do final do ano onde seria altamente recomendável o ressarcimento desses gastos antes do término de nosso ano fiscal. Dessa forma, seguindo a mesma lógica adotada na ITR anterior apresento VOTO CONTRÁRIO A APROVAÇÃO DA 3ª ITR – 30/09/2020. Essa informação deve constar no texto da ITR (no que tange ao posicionamento do Diretor de Representação dos Empregados que compõe a Diretoria Executiva conforme determina o Estatuto da empresa), com publicação no site da transparência da SPTURIS e envio da informação para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri
Diretor de Representação dos Empregados

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 10 de novembro de 2020, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Srs. Rodrigo Kluska – Diretor Presidente, Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Infraestrutura, Frederico Hannah Mattar Rozanski – Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Lucas Augusto Ponte Campos – Diretor de Conformidade interino, Guilherme Tadeu Pontes Birello – Diretor de Marketing e Vendas interino, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Turismo e Eventos e Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri – Diretor de Representação dos Empregados.
INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020;

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska., saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro 2020, a Diretoria Executiva da Companhia, por maioria de votos dos presentes, com voto contrário do Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2020, findo em 30 de setembro de 2020, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 10/11/2020, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao terceiro trimestre de 2020, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou a inclusão do documento anexo à presente ata (“RESSALVA DRE 3ª ITR”), no qual tece alguns comentários acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias, objeto de aprovação nesta data.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 10 de Novembro de 2020.

RODRIGO KLUSKA
Diretor Presidente

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI

Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relação com Investidores

SANDRO AUGUSTO CUOGHI
Diretor de Infraestrutura

LUCAS AUGUSTO PONTE CAMPOS
Diretor de Conformidade interino

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO
Diretor de Marketing e Vendas interino

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO
Diretor de Turismo e Eventos

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO
GUELERI
Diretor de Representação dos Empregados

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 10 de novembro de 2020)

ANEXO

RESSALVA DRE 3ª ITR

Na 2ª ITR me posicionei contra sua aprovação devido aos gastos que foram assumidos pela nossa empresa para ações de combate à pandemia sem a devida contrapartida de receita. Outrossim, não havia orçamento previamente determinado e alocado para esses gastos. Meu posicionamento foi claro no sentido de que uma vez que a ITR é um recorte temporal das finanças da empresa num espaço de 3 meses, a análise deve se deter às ações de execução financeira e fiscal dentro deste período. Ao analisar a 3ª ITR, verifiquei que o compromisso assumido na 2ª ITR ainda não foi cumprido, conforme é citado na página 11 do próprio relatório: "A Companhia incorreu em gastos com o Hospital de Campanha e ações contra a pandemia determinadas pela Prefeitura do Município de São Paulo. O ressarcimento de parte destes gastos (março a junho) está sendo pleiteado para ser recebido a título de indenização. São referentes a segurança, manutenção e operação do hospital. O valor gira em torno de R\$ 14.390." A mesma informação também pode ser verificada na página 17 do mesmo relatório. Ou seja, ainda é aguardado o ressarcimento dessas despesas e inclusive as despesas citadas aumentaram em relação ao ITR anterior já que a dívida total passou de R\$ 11,180 milhões para R\$ 14,390 milhões devido aos aditamentos de alguns contratos relacionados a esses gastos e que já citamos na ressalva da ITR anterior. Vale destacar que estamos próximos do final do ano onde seria altamente recomendável o ressarcimento desses gastos antes do término de nosso ano fiscal. Dessa forma, seguindo a mesma lógica adotada na ITR anterior apresento VOTO CONTRÁRIO A APROVAÇÃO DA 3ª ITR – 30/09/2020. Essa informação deve constar no texto da ITR (no que tange ao posicionamento do Diretor de Representação dos Empregados que compõe a Diretoria Executiva conforme determina o Estatuto da empresa), com publicação no site da transparência da SPTURIS e envio da informação para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri
Diretor de Representação dos Empregados